

Economia

O pacote de emergência do gov
chega esta semana ao Congresso. E S
TV, mostrar que está lutando "até

Pacote vai ao Congresso.

E Sarney vai à TV.

O presidente José Sarney vai anunciar ainda esta semana em cadeia nacional de rádio e televisão, o pacote de emergência destinado a reduzir os riscos da hiperinflação. Ontem o líder do PFL no Senado, senador Marcondes Gadelha, informou que no mesmo dia em que enviar o conjunto de medidas ao Congresso o presidente falará à nação, explicando o objetivo do pacote, elaborado a partir do Plano de Emergência entregue pelas lideranças partidárias. Segundo Gadelha, com o pacote Sarney quer demonstrar à sociedade que lutou até o fim contra a hiperinflação.

A privatização de 14 estações, o não preenchimento de vagas no serviço público, a venda das mansões do lago Sul de Brasília, de 8 mil imóveis localizados no Rio e em São Paulo e de uma quantia ainda não definida de apartamentos funcionais em Brasília são algumas das medidas com as quais o presidente Sarney quer conter os gastos públicos e contribuir para que diminuam as pressões inflacionárias. O pacote inclui, ainda, a redução das alíquotas médias de importação, hoje em torno de 40%.

O pacote de emergência, que estará amarrado em um grande projeto de lei e algumas medidas provisórias, prevê ainda alterações na legislação, permitindo maior rigor e agilidade na cobrança de impostos atrasados. O senador Marcondes Gadelha disse que o governo identificou US\$ 20 bilhões de tributos em processos de cobrança. Segundo Gadelha, o pacote incluirá a redução dos incentivos fiscais — cerca de US\$ 6 bilhões anuais —, mas os benefícios dos incentivos da Sudam e da Sudene deverão ser poupados.

Ontem, às 18h30, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, telefonou para o senador Marcondes Gadelha informando-o que ainda hoje a equipe econômica entrega ao presidente Sarney o detalhamento das medidas econômicas. O PT, que não subscreveu o Plano de Emergência preparado pelas lideranças partidárias, vai tentar obstruir a votação das medidas no Congresso. Mas, apesar dessa oposição, a expectativa geral é de que o pacote será aprovado. "O Congresso abriu crédito de confiança ilimitado ao governo e encaminhou um documento que representa o sentimento da maioria dos parlamentares".

O presidente Sarney abrirá um confronto com o Poder Legislativo se não enviar ao Congresso pacote fiscal previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1990, que ele mesmo sancionou. A afirmação é do deputado Euclides Scalco, líder do PSDB. Segundo Scalco, a LDO define os limites e as condições que o Executivo é obrigado a obedecer na elaboração do projeto de orçamento, que deve chegar ao Congresso no final deste mês.

"Se o presidente começa desobedecendo à Lei de Diretrizes e à Constituição, quem garante que obedecerá ao orçamento?", pergunta Scalco. O pacote fiscal, preparado pelo Ministério da Fazenda e pela Seplan, está no Gabinete Civil da Presidência da República e já deveria ter chegado a Congresso, de acordo com o artigo 36 da LDO. Esse artigo dá um prazo até o final de julho para que o Executivo proponha "projeto de lei dispendo sobre alterações na legislação de tributos e contribuições econômicas e sociais".

Mas o presidente não estaria disposto a enviar o pacote, por entender que o próprio Congresso deve tomar a iniciativa de mudanças nessa área, revelam assessores da Fazenda. O líder do governo na Câmara, Luís Roberto Ponte, confirmou ontem ao ministro Mailson da Nóbrega a resistência do presidente Sarney, que não quer a responsabilidade de aumentar impostos em final de mandato.

O pacote fiscal da LDO deveria render ao Tesouro um acréscimo de arrecadação correspondente a cerca de 2% do PIB, através de modificações na legislação do Imposto de Renda sobre a atividade agrícola, da criação do imposto sobre grandes fortunas, do corte de 50% dos incentivos fiscais e da aplicação de uma alíquota de 1% no IOF, sobre operações a vista nas Bolsas.